



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DA SÉ Supervisão de Esportes

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000
Telefone: 33971200

Ata da 03ª/131ª Reunião Plenária Ordinária Presencial do CPM/ Sé

No 07º dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, em atendimento à Convocação Documento SEI nº 122929064, publicada em Diário Oficial do Município do dia 02 de abril do corrente ano, realizou-se presencialmente, em primeira chamada, com início efetivo às 18:45, a **131ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Participativo Municipal Sé, sendo a 3ª do biênio 2025/2026**, nas dependências da sede da Subprefeitura Sé, [Rua Álvares Penteado n. 49](#), Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pelo Coordenador Sr. César Augusto Massaro, Secretária-Geral Sra. Barbara Cavalcanti, e como Secretário-adjunto Sr. Leandro Lago. Integrando a mesa também, o Interlocutor do Conselho Participativo Municipal Sé, Sr. Cel. Luiz Eduardo Pesce Arruda, representando a Subprefeitura Sé. Após as boas-vindas a todos Conselheiros e convidados, a reunião continuou conforme pauta abaixo discriminada:

PRIMEIRA PARTE

1. Fala inicial do Coordenador, Secretária-geral, ou em exercício, Secretário-adjunto e Interlocutor;
2. Boas-vindas e apresentação de representantes do poder público, e/ou autoridades presentes;
3. Leitura da pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;
4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por municípios e Conselheiros;
5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas, e apresentadas em reuniões anteriores;

SEGUNDA PARTE

6. Leitura e aprovação da(s) Atas;
7. Validação dos ofícios encaminhados, atividades no último período, e respectivos desfechos se houver;
8. Estabelecer critérios para: Justificativas de ausências; aplicativo de mensagens e possibilidades de utilização da dotação 49.10.04.122.3012.2803, conta 33903900 00.1.500.9001 0;
9. Proposições de Grupos de Trabalho (GT) e Comissões Temáticas (CT);
10. Debater a presença dos ferros-velhos clandestinos, na área de abrangência da SubSé;
11. Questionamentos e considerações sobre o Vd. João Goulart, e o início das obras no Vd. Orlando Murgel;
12. Retomar a discussão sobre desdobramentos e pesquisa das áreas de “cenas abertas de uso”;
13. Debater sobre os Hospitais Públicos Municipais da região central;
14. Reflexões quanto à Política Habitacional na área da SubSé;
15. Capacitação das equipes da Polícia Municipal na abordagem das ocupações de moradia;
16. Considerações sobre medidas visando melhoria dos espaços e acomodações na UBS Humaitá;
17. Discutir quanto ao acúmulo de resíduos na Bela Vista, possível causa da presença de escorpiões;

TERCEIRA PARTE

18. Informes gerais; finalização e agradecimentos.

PAUTA ABERTA

Verificação de quórum e leitura da pauta.

Item 1, 2 e 3. Fala inicial do Coordenador, boas-vindas, abertura dos trabalhos e leitura da pauta;

O início dos trabalhos foi interrompido pelo Conselheiro Titular Luiz Gonzaga Da Silva, Gegê que, expos sua insatisfação quanto ao fato do ex Coordenador e Conselheiro do CPMU Fábio Benini Cabral e a ex Conselheira do CPM e atual Conselheira do CPMU, Stella Dalt, estarem no nosso grupo de Whatsapp. A Conselheira Titular Lilian Galvarro interferiu e comunicou que eles ainda são Conselheiros e representantes do CPM no CPMU, até julho do corrente ano, conforme ata publicada ano passado. Aproveitando o tema, o Conselheiro Titular Hamilton Pires, sugeriu que fosse criado outro grupo, o Conselheiro Titular Fabio Sanchez apoiou.

O Sr. Coordenador levantou a questão se deixaria os dois no grupo ou não e a Conselheira Titular Lilian Galvarro Peña novamente interrompeu dizendo que eles tem mandatos até julho, publicados em ata da antiga gestão e que não cabia essa deliberação. Encerrado o assunto.

O Sr. Coordenador comunicou sobre a troca de Subprefeitos. O Coronel Salles substituiu o Coronel Camilo e solicitou, antecipadamente, que fosse apresentado na reunião. Novamente o Conselheiro Titular Gegê expos nova indignação quanto a apresentação do novo Subprefeito na reunião.

O Sr. Coordenador continuou e apresentou a Autoridade da mesa, no momento o Sr. Edmarcos Souza Alves da [Companhia de Engenharia de Tráfego – CET](#).

O Conselheiro Titular Fabio Sanchez pediu a palavra para incluir na pauta a inclusão do CPM no Comitê Intersetorial de Ruas Abertas da Av. Paulista. Pediu que se não estivesse criado o comitê, que fosse. Anunciou a reivindicação do MOVA Paulista sobre o assunto. Com a concordância de todos os Conselheiros titulares presentes, o tema entrou para o item 18º da presente pauta.

Com a chegada do Sr. Interlocutor Coronel Arruda, que se juntou à mesa e cumprimentou as pessoas.

Item 4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por munícipes e Conselheiros;

A Conselheira Titular Rosalia Do Carmo Larrubia, trouxe uma demanda a pedido dos Conselheiros do Parque da Aclimação, sobre o encharcamento de solo na região do bosque, causado por problema de drenagem em uma das ruas da parte de trás do parque. O que desde fevereiro, causou a queda de 4 (quatro) árvores até o momento. Informou que o Conselho do Parque solicitou duas vezes a intervenção do Poder Público. Na primeira vez, foi via Secretaria do Verde e Meio Ambiente e na segunda, via Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB). Trouxe o número SEI: 6027.2024/0027664-2 e SEI: 6027.2023/0003557-0. Solicitou também ofício a respeito, por ser questão de integridade física dos usuários do parque. Juntou laudo produzido nos autos do SEI mostrando a importância da continuidade das obras.

O Conselheiro Titular Fábio Sanchez complementou e reforçou dizendo que presenciou uma das quedas de árvore e que a obra iniciada pela Subprefeitura Sé está parada. Que o encharcamento é gravíssimo e que a galeria continua vazando água.

Com a palavra o munícipe Décio Sunagawa, morador da região da República, iniciou sua fala solicitando que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) volte a disponibilizar uma viatura no início e no final das reuniões do Conselho, como era feito anteriormente, por questões de segurança. Lembrou que, no passado, uma conselheira foi vítima de tentativa de assalto na saída de uma reunião, fato que justifica a necessidade da medida.

Ressaltou também a importância de que a Subprefeitura retome o projeto **“Fale Aqui na Sub Sé”**, reuniões extraordinárias que ocorriam na última quinta-feira de cada mês, das 18h às 20h, e que estavam divulgadas no site da Prefeitura. Segundo ele, havia a previsão de retomada para janeiro, o que até o momento não ocorreu. Defendeu que esse canal é fundamental para que os munícipes possam apresentar suas demandas, especialmente aqueles que não conseguem participar das reuniões ordinárias do Conselho.

Apontou ainda preocupações relacionadas ao PSIU, especialmente no que diz respeito à quantidade de agentes disponíveis para atender às demandas da região, que sofre com excesso de barulho, especialmente devido à proliferação de bares. Citou que, após mudanças na emissão das TPUs (Termo de Permissão de Uso) durante a pandemia, o processo ficou mais frágil, permitindo que estabelecimentos obtenham autorizações de forma pouco criteriosa, muitas vezes solicitando quantidade de mesas e cadeiras incompatível com o espaço físico real, sem a devida fiscalização.

Trouxe, como outro ponto, os impactos negativos das obras de reforma dos calçadões no Centro, que, segundo ele, geraram grandes prejuízos ao comércio local, com falências e paralisações decorrentes de imprevistos nas obras, como a descoberta de fiações, galerias ou até mesmo possíveis sítios arqueológicos. Alertou que, com a previsão de que essas reformas avancem para o Centro Novo, é fundamental que os mesmos erros não se repitam.

Por fim, sugeriu que a Prefeitura antecipe o debate sobre os impactos da Virada Cultural, destacando a importância de discutir o planejamento do evento antes de sua realização, e não apenas os problemas que surgem depois.

Passada a palavra ao Conselheiro Titular Augusto Luiz De Aragão Pessin. Trouxe como demanda na área de zeladoria urbana a situação crítica do Teatro Lucas Pardo Filho, localizado na Rua Gravataí, que permanece fechado e, lamentavelmente, tem sido utilizado como banheiro público, gerando sérios prejuízos ao patrimônio cultural e também à comunidade local, inclusive à escola infantil que funciona em frente ao teatro. Destacou que o teatro pertence à Escola Caetano de Campos, que enfrenta dificuldades orçamentárias para sua manutenção e gestão.

Relatou também que o banheiro público da Praça Roosevelt permanece fechado, agravando a situação de

abandono e precarização do espaço. Ressaltou que, desde a instalação de uma base da Polícia Militar na praça, houve uma ocupação desproporcional do espaço público, com grande circulação de viaturas e estacionamento de veículos, resultando na destruição dos pisos táteis e colocando pedestres em risco. A má zeladoria também levou à destruição dos dois cafés que funcionavam na praça, além do entupimento dos ralos, que atualmente funcionam como focos de dengue.

Por fim, informou sua participação, como membro do Conselho Gestor do Parque Augusta, em uma reunião no Ministério Público, onde foi discutida a situação das árvores do parque, cujas raízes estão expostas, com afloramento de vidros picados, oferecendo risco à segurança dos frequentadores e à própria estabilidade das árvores. Destacou que há um acordo judicial, fruto de luta popular, que obriga a Prefeitura e as empresas responsáveis pela obra a garantir a manutenção do parque, compromisso que está sendo descumprido. Seguindo recomendação do Ministério Público, estão sendo elaborados ofícios e formalizadas denúncias, com a possibilidade de encaminhamento à Corregedoria e à Controladoria Geral do Município, caso não haja uma resposta efetiva por parte da Prefeitura. Por fim, destaca que detectaram no Parque Augusta uma pressão por privatização gradual, incluindo anúncios de patrocinadores para fazer a gestão básica do parque, ocupando assim a função da prefeitura, que tem verbas e dever de atuar. Existe nisso, segundo o conselheiro, uma contradição importante, pois todos os problemas atuais que o Parque denuncia junto ao ministério Público foram causados pela má atuação de uma iniciativa privada (as empresas que foram condenadas a indenizar pela implementação do parque), e a prefeitura parece querer insistir nesse modelo, novamente trazendo empresas privadas com interesse de lucro para assumir gradualmente a gestão, com patrocínios de áreas como o cachorródromo.

O Subprefeito Coronel Marcelo Salles iniciou sua fala cumprimentando os presentes e destacando sua satisfação em retornar à gestão da Subprefeitura Sé, a convite do prefeito Ricardo Nunes. Ressaltou sua experiência de 40 anos na Polícia Militar, onde exerceu, entre outros cargos, o de Comandante-Geral da PM no Estado de São Paulo entre 2018 e 2020, e reafirmou seu comprometimento em dialogar, ouvir e tomar decisões em conjunto com a população.

Pontuou ser um defensor dos conselhos, por acreditar que as decisões colegiadas são mais bem elaboradas, discutidas e produzem melhores resultados, refletindo os interesses coletivos.

Informou que esteve, pouco antes da reunião, em conversa com a Vereadora Luana Alves (PSOL), que manifestou interesse em participar da próxima reunião do Conselho, ressaltando a importância da presença dos diversos segmentos da sociedade no diálogo com o poder público.

Em seguida, trouxe como comunicado que determinou a suspensão da concorrência para a reforma da Praça General Polidoro, decisão tomada em respeito ao Conselho Participativo Municipal, uma vez que na reunião anterior o tema foi debatido, mas não houve deliberação conclusiva. Destacou que, embora haja um projeto executivo, projeto básico e aprovação do conselho anterior, entende ser necessário submeter novamente a decisão a este conselho, garantindo legitimidade, segurança jurídica e respeito ao processo democrático, especialmente considerando que houve a troca de composição do colegiado.

Finalizou colocando-se à disposição dos conselheiros e da comunidade, destacando que o tema será tratado na pauta adequada, de forma transparente e respeitosa, e desejou a todos um bom trabalho.

Devolvida a palavra aos munícipes, a munícipe, moradora do Bom Retiro e protetora de gatos de rua, Cosma Martins de Freitas, relatou a situação crítica da Rua Lopes Trovão, onde frequentemente aparecem gatos mortos, vítimas de atropelamento ou ataques, além de casos de mortes sem causa esclarecida. Informou que a rua, que é uma travessa da Rua Sólon, possui de um lado residências e, do outro, uma fábrica abandonada, local onde se acumula lixo, agravando a situação de risco para os animais.

Relatou ainda seu trabalho de resgate de uma colônia de 16 gatos que viviam na antiga fábrica da Ford, no Bom Retiro. Já conseguiu resgatar 10 gatos, que foram castrados, testados para FIV/FELV e estão atualmente sob cuidados de uma ONG, com bom estado de saúde. No momento, segue na tentativa de capturar os três últimos gatos, que são mais ariscos, sendo necessário contratar uma pessoa especializada para realizar o resgate.

Além disso, destacou que há um gato específico na Rua Lopes Trovão, um frajola, cujo resgate está sendo especialmente desafiador. Mencionou que outros protetores, como o senhor Falcão, também estão atuando na região para resgatar, castrar e encaminhar gatos para ONGs.

Reforçou a dificuldade enfrentada no processo de castração por meio da Prefeitura, uma vez que o sistema permite cadastrar apenas 11 gatos por CPF e realizar a castração de apenas dois animais por mês, o que torna o controle populacional ineficiente frente à velocidade das reproduções.

Por fim, solicitou maior apoio do poder público, tanto na agilidade dos processos de castração, quanto na conscientização da população sobre a importância da posse responsável e da castração dos animais, agradecendo pela oportunidade de apresentar sua demanda.

O Conselheiro Titular Luís Felipe Da Silva Seixas, Lui, representante da região da Consolação, trouxe como demanda a situação da Praça Rotary, que ficou fechada por duas semanas após as fortes chuvas do início do mês. Informou que, mesmo após a reabertura, feita apenas após mobilização de moradores, o local ainda apresenta problemas, como galhos pendurados nas áreas de circulação e acúmulo de galhos nos jardins, que acabam acumulando lixo.

Ressaltou que há uma constante indefinição sobre qual órgão é responsável pela administração da praça, que teoricamente está vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, através da Biblioteca Monteiro Lobato, mas que frequentemente transfere a responsabilidade para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) ou para a Subprefeitura, o que acaba emperrando a solução de demandas básicas.

Apontou também outros problemas na praça, como uma tampa de bueiro aberta, cuja sinalização tem sido feita pelos próprios moradores utilizando galhos, gerando risco para crianças, frequentadores e animais, visto que o espaço possui playground, quadra e cachorródromo, sendo muito movimentado.

Por fim, destacou uma demanda antiga dos usuários da praça, que é a instalação de uma torneira pública, considerando que o local é bastante frequentado, especialmente por famílias, crianças e animais.

A Conselheira suplente Ligya Rodrigues Fernandes, representante da região da República, trouxe duas demandas. A primeira refere-se às condições da Rua Boticário, esquina com a Avenida Ipiranga, onde uma grade de bueiro foi arrancada pela metade, gerando um buraco que oferece risco iminente aos pedestres. Destacou que o problema ocorre em frente à unidade da Smart Fit, local de grande circulação, e solicitou que seja feito um ofício à Subprefeitura para que providencie, com urgência, a troca da grade e o desentupimento do bueiro.

A segunda demanda foi relacionada aos Grupos de Trabalho do Conselho, reforçando a importância da criação de um grupo específico para acompanhar e fiscalizar as obras do Estádio do Pacaembu, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais e se os direitos da população estão sendo devidamente respeitados, especialmente no que diz respeito ao acesso às áreas públicas. Relatou que, embora tenha havido uma coletiva em que o representante da empresa responsável, Allegra, teria se comprometido a garantir o acesso público à piscina e à pista de cooper, existem reclamações sobre restrições de uso, o que contraria o interesse público, que deve prevalecer, mesmo em casos de concessão ou privatização.

O Conselheiro Titular e morador da região da Sé, Luiz Gonzaga Da Silva, Gegê, trouxe como pauta a situação crítica de mobilidade e dignidade na região da Rua 25 de Março e Viaduto Rangel Pestana, onde as calçadas estão completamente ocupadas por pessoas em situação de rua, o que obriga pedestres a circularem pelo meio da rua, em ambos os lados, gerando riscos à segurança de todos.

Ressaltou que sua fala não é no sentido de retirar essas pessoas do local, mas sim de cobrar que o poder público assuma sua responsabilidade na construção de soluções dignas, com políticas públicas efetivas de moradia, acolhimento e assistência social.

Apontou também um problema gravíssimo relacionado à ausência total de banheiros públicos na região, o que faz com que as ruas estejam tomadas por fezes humanas, especialmente no trajeto que faz diariamente entre sua casa, na Rua Fernão Salles, e o AMA Sé, comprometendo não só a dignidade das pessoas em situação de rua, mas também a saúde pública de toda a população local.

Alertou ainda que, apesar da maioria das pessoas em situação de rua não praticarem atos ilícitos, há a presença de oportunistas que se infiltram no local e cometem furtos e assaltos, sobretudo contra mulheres no fim do expediente, agravando ainda mais a sensação de insegurança na região.

Finalizou solicitando que o Conselho tome uma posição firme e pressione a Prefeitura para que assuma seu compromisso institucional, buscando soluções concretas, estruturadas e humanas para a população em situação de rua e para os impactos gerados à cidade e aos cidadãos.

O Conselheiro Suplente, representante da região da Bela Vista, Franklin, trouxe como pauta a situação gerada pela criação da chamada “Vila Matarazzo”, empreendimento localizado nas proximidades da Alameda Ribeirão Preto e Alameda Rio Claro, vinculado ao hotel de luxo Rosewood. Relatou que a instalação desse empreendimento tem causado impactos significativos na região, especialmente no que se refere às condições das calçadas, que estão precárias, dificultando a circulação de pedestres e gerando insegurança.

Apontou que a precarização das calçadas, antes muito associada a regiões mais periféricas da cidade, agora também afeta diretamente o centro, incluindo bairros como a Bela Vista, evidenciando um problema estrutural na execução e fiscalização das obras públicas, que, segundo ele, são feitas de maneira frágil e sem qualidade.

Destacou também a situação de desigualdade dentro do próprio bairro, onde a região mais próxima da Avenida Paulista recebe maior atenção em termos de limpeza e segurança, enquanto as áreas mais baixas, como entorno da Escadaria da Treze de Maio, enfrentam problemas severos de acúmulo de lixo, abandono e falta de zeladoria, o que, segundo suas palavras, não pode continuar, pois não se pode aceitar que existam “duas Bela Vistas”, uma mais cuidada e outra negligenciada.

Por fim, sugeriu que a Prefeitura expanda o projeto das cabines SMART, que atualmente estão concentradas em áreas de alto poder aquisitivo, para regiões como o Bixiga e outros pontos mais carentes do centro, promovendo uma distribuição mais justa dos serviços urbanos.

O Sr. Coordenador lembrou que as demandas faladas também devem ser escritas no formulário para encaminhamento à Subprefeitura Sé.

Continuando com as demandas de zeladoria, a Conselheira Titular Caru Albuquerque. Representante da região dos Campos Elíseos, trouxe como demanda a situação recorrente na esquina da Rua Eduardo Prado com a Favela do Moinho, próximo à Avenida Rio Branco e ao Viaduto Orlando Murgel, onde há acúmulo constante de entulho. Informou que, embora a Subprefeitura realize a limpeza semanalmente, o problema persiste por conta da dinâmica do local.

Relatou que os próprios moradores construíram uma mureta e fizeram um pequeno jardim ao lado do viaduto, como tentativa de preservar o espaço. Contudo, toda vez que o trator da limpeza realiza a retirada do entulho, acaba colidindo com a mureta, que está desmoronando, levando junto a terra do jardim e agravando a degradação do espaço.

Informou que já encaminhou a demanda com fotos ao gabinete do ex-subprefeito Coronel Camilo, sem retorno, motivo pelo qual traz novamente o assunto ao Conselho. Solicita a instalação de um *guard rail* ou blocos de concreto no local, para proteger a mureta e evitar que ela continue sendo destruída durante os serviços de zeladoria.

Além disso, registrou também a demanda referente à Praça Olavo Bilac, localizada nos Campos Elíseos, que apresenta diversos pontos de iluminação apagados, o que compromete a segurança dos frequentadores. Informou que, embora aparentemente seja uma questão de competência da ENEL, deixa registrado no Conselho para que sejam tomadas as devidas providências.

A Conselheira Titular, representante do Distrito Sé e moradora da região da Praça da Liberdade, Elizabeth Soares, trouxe como demanda os impactos gerados pelo aumento do turismo na região e pela expansão das feiras de rua, que, além da tradicional na Praça da Liberdade, agora ocupam também a Rua Américo de Campos (entre a Rua da Glória e a Rua Galvão Bueno) e a Rua dos Estudantes (entre a Rua da Glória e a Rua Conselheiro Furtado).

Relatou que essa expansão tem gerado graves problemas de mobilidade para os moradores, que estão, segundo suas palavras, “ilhados” nos próprios condomínios, com bloqueios que dificultam ou impedem o direito de ir e vir, especialmente nos finais de semana.

Além disso, apontou problemas severos relacionados à acumulação de lixo e resíduos, especialmente nas áreas da

Praça da Liberdade, no trecho entre a Rua Carlos Gomes e a Avenida Liberdade, e também nas imediações do supermercado Extra, onde o lixo das feiras e do grande fluxo de pessoas se concentra, agravando a situação de degradação urbana.

Por fim, solicitou que o tema seja estudado e revisto com urgência pelo poder público, considerando o impacto direto na qualidade de vida dos moradores. Manifestou também o interesse em integrar uma comissão específica para tratar da gestão de lixo e resíduos na região.

Encerrada a fala dos munícipes. No total foram 22 (vinte e duas) demandas trazidas.

Número	Demanda	Responsável
1	Ação de CED (captura, esterilização e devolução) para os gatos do terreno do metro, situado à rua Dom Antonio de Melo com a Av. João Teodoro. E uma ação de castração para os animais abandonados da Favela do Moinho.	Barbara Cavalcanti
2	Colocação de dois blocos de concreto no canteiro do Viaduto Orlando Murgel, na descida para a Favela do Moinho, para conter a terra.	Caru Albuquerque
3	Reclamação sobre o caminhão do lixo não estar fazendo a coleta em todas as ruas do Campos Eliseos.	Caru Albuquerque
4	Praça Rotary, que ficou fechada por duas semanas após as chuvas, permanecendo com galhos pendurados, entulho acumulado e tampa de bueiro aberta, oferecendo riscos à população. Dificuldade na definição de responsabilidades entre Secretaria de Cultura, Secretaria do Verde e Subprefeitura.	Lui Seixas
5	Providências urgentes especificamente ao prédio do Banco Safra para a desobstrução de bueiro, que vem causando alagamentos, mau cheiro, proliferação de vetores e risco à saúde pública. Calçada toda quebrada e sem manutenção.	Maria Angélica Pelegrine
6	Limpeza de bueiro na esquina da rua Antonio Carlos com a rua Frei Caneca, que está entupido.	Maria Angélica Pelegrine
7	Problemas de mobilidade e gestão das feiras de rua no bairro da Liberdade, que estão bloqueando vias como Rua Américo de Campos, Rua dos Estudantes e Rua da Glória. Dificuldade de circulação dos moradores, aumento do lixo, obstrução de saídas e riscos gerais, solicitando medidas de organização e fiscalização dessas atividades.	Elizabeth Soares
8	Bueiro sem tampa na Rua Boticário, esquina com Rua Ipiranga, em frente à Smart Fit, oferecendo risco iminente a pedestres, e solicitou a troca da tampa e a desobstrução do local pela Subprefeitura.	Lígya Fernandes

9	Propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico para acompanhar a concessão do Estádio do Pacaembu, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, garantindo que os espaços públicos, como piscina, pista de cooper e outros, continuem acessíveis à população, como previsto no contrato.	Lígya Fernandes
10	Necessidade de melhorias na área da saúde pública, especialmente no Hospital Municipal da Bela Vista, solicitando mais profissionais, ampliação de horários de atendimento, melhorias estruturais e transparência na gestão da unidade.	Dirceu Felix
11	Obras da Vila Matarazzo estão causando muitos transtornos para a população ao redor. Obras da Região da Bela Vista sem qualidade, feitas com reboco.	Franklin Siqueira
12	Maior fiscalização do lixo e mais limpeza na rua Helvétia.	Sonia Domingues
13	Horário do Parque Princesa Isabel seja estendido para até as 22:00hs. Solicita também a troca urgente de lixeiras que estão danificadas no bairro Campos Eliseos.	Maria Ana Figueiredo
14	Fachada do Teatro Lucas Pardo Filho está sendo usado como banheiro público. A praça Roosevelt além de estar sendo ocupada excessivamente pela polícia militar, o banheiro público de lá está fechado pela mesma. Enquanto isso não é feita manutenção nos ralos entupidos, poda das árvores secas e mortas, e outras práticas de gestão e zeladoria. Por isso requer urgente retomada do Conselho Gestor da Praça, ilegalmente fechado, e do Comitê de Usuários, que já foi requerido, mas está sendo negado. Outra demanda são as árvores do Parque Augusta, que precisam de atenção técnica, e os canteiros estão destruídos, expondo as raízes das árvores e enfraquecendo sua estabilidade, tudo isso causado pela erosão da chuva, potencializada pelo mau desenho do escoamento, pela empresa que fez a obra.	Augusto Luiz de Aragão Pessin
15	Acúmulo de lixo na calçada da Escola Estadual Maria José, localizada na rua 13 de Maio.	Leandro Lago da Silva
16	Escola Estadual Maria José, precisa de sinalização adequada para a passagem dos estudantes. Solicita execução da CET.	Leandro Lago da Silva
17	Solicita a Secretaria Municipal de Segurança, a colocação da câmera Smart Sampa em cima do Viaduto Orlanado Murgel e na parte de baixo na rua Solon. Acontecem crimes nesses locais.	Jéssica Tapia

18	Solicita policiamento na região da rua Conego Vicente do nº 43 ao 421, pois lá a gangue da bike atua roubando quem passa por lá.	Jéssica Tapia
19	Crime de maus tratos, mortes de gatos na rua Lopes Trovão, Bom Retiro, solicita averiguação.	Cosma Martins de Freitas
20	Reforço do pedido de providências, que se encontra em SIURB, obra urgente de drenagem do Parque da Aclimação (laudo anexado),	Rosalia do Carmo Larrubia
21	Solicita GCM no início e no final das reuniões do Conselho. Retomada do projeto “Fale Aqui na Sub Sé”. Apresentou preocupações relacionadas ao PSIU e os impactos negativos das obras de reforma dos calçadões no Centro. E sugeriu debate sobre os impactos da Virada Cultural.	Décio Sunagawa
22	Situação crítica das calçadas na região do Viaduto Rangel Pestana, próximo à Rua Frederico Alvarenga e ao Parque Dom Pedro II, onde a ocupação por população em situação de rua obriga pedestres a transitarem pelo meio da rua, colocando suas vidas em risco. Não se reivindica a remoção dessas pessoas, mas sim que o poder público assuma sua responsabilidade, oferecendo moradia digna e soluções efetivas. Grave problema sanitário, com ruas tomadas por fezes, devido à ausência de banheiros públicos, sendo solicitada a instalação de banheiros químicos com manutenção regular. Grave abordagem desumana no AMA Sé, onde a população em situação de rua busca abrigo e é constantemente hostilizada, reforçando que essa população não é criminoso, mas sim vítima da falta de políticas públicas.	Luiz Gonzaga (Gegê)

Item 5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas, e apresentadas em reuniões anteriores;

Passada a palavra para o Interlocutor e Coronel Arruda.

Resposta às demandas – Interlocutor da Subprefeitura, Coronel Arruda:

O Coronel Arruda respondeu às demandas apresentadas pelos conselheiros e munícipes, esclarecendo os seguintes pontos:

- Sobre o Parque da Aclimação, informou que a Subprefeitura não tem competência legal para atuar na área interna dos parques, pois eles possuem gestão e orçamento próprios, vinculados à Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Contudo, se os problemas forem na área externa, garantiu que já acionará a equipe da CPO (Coordenadoria de Projetos e Obras) para vistoria e providências.
- Atendeu à solicitação sobre a viatura da GCM nas reuniões, reconhecendo a falha e garantindo que providenciará a presença da viatura nas próximas reuniões, no início e no final.
- Sobre o programa “Fale Aqui na Sub Sé”, informou que está em avaliação, pois anteriormente apresentava

baixa adesão, com média de duas a três pessoas por encontro. Avaliam se as reuniões do Conseg e do Conselho são suficientes ou se há necessidade de retomada do programa.

- Em relação aos problemas de ocupação de calçadas por cadeiras e mesas de bares, confirmou que é uma questão recorrente e que a Subprefeitura atua principalmente por meio de denúncias. Colocou seu contato pessoal à disposição dos conselheiros para que acionem diretamente a fiscalização.
- Sobre o Teatro Lucas Pardo Filho, informou que ainda não conhece o local, mas comprometeu-se a realizar uma vistoria para avaliar a situação.
- Quanto à demanda de banheiros públicos, reconheceu que é um problema crônico da cidade, já objeto de estudos, inclusive sobre modelos internacionais, como banheiros autolimpantes, mas que os custos são altos e até o momento não foi encontrada uma solução viável.
- Manifestou disponibilidade para organizar uma grande ação de castração de gatos, em parceria com a Covisa, a Subprefeitura e o Conselho, desde que os especialistas, como os próprios conselheiros e ONGs, o orientem tecnicamente.
- Sobre a Praça Rotary, informou que a gestão é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, e que, caso a Cultura não consiga resolver questões específicas, como tampa de bueiro, a Subprefeitura pode auxiliar e fornecer a tampa.
- A respeito da Rua Boticário, esquina com Ipiranga, confirmou que a troca da tampa do bueiro e o desentupimento são responsabilidade da Subprefeitura, e que já irá acionar a CPO para realizar o serviço.
- Sobre o Estádio do Pacaembu, esclareceu que o espaço está concessionado e que a gestão cabe à empresa concessionária, não sendo mais responsabilidade da Subprefeitura.
- Sobre a situação da Rua 25 de Março, pessoas em situação de rua e segurança, informou que a Subprefeitura está realizando um estudo específico sobre a região, e que irá avaliar com a Operação Delegada a possibilidade de reforçar o policiamento na Rua Frederico Alvarenga, conforme apontado.
- Em relação à Bela Vista, informou que existe atualmente um grupo articulado para discutir e propor soluções para a questão dos resíduos no bairro, e que está disposto a ouvir as demandas do grupo e apoiar as medidas propostas.
- Informou que o programa Smart Sampa está em expansão, e que há possibilidade de ampliar as cabines para outras áreas, como solicitado, desde que se articule com os grupos locais.
- Sobre a demanda da Praça Olavo Bilac, com muitas luzes queimadas, esclareceu que a manutenção é de competência da SP Regula, mas que a Subprefeitura irá oficiar o órgão imediatamente para resolver o problema.
- Por fim, sobre as feiras da Liberdade, informou que é necessário organizar um documento com todos os pontos e impactos, para que a Subprefeitura possa encaminhar à área de eventos e avaliar a viabilidade de permanência, expansão ou reorganização desses eventos.

A pauta seguiu com a palavra do Sr. Coordenador que, trouxe considerações sobre os encaminhamentos relacionados ao orçamento do Conselho Participativo Municipal, destacando que, desde a reunião extraordinária anterior, havia dúvidas quanto à liberação dos recursos para as reformas da Praça da República e da Praça General Polidoro, especialmente sobre as diferenças entre os orçamentos das rubricas, a autorização de uso e a correta destinação dos valores.

Explicou que, na ocasião, o Conselho havia deliberado o envio de um ofício à Subprefeitura, com cópia para a Coordenadoria da Casa Civil e para a Secretaria da Fazenda, solicitando esclarecimentos sobre essas movimentações orçamentárias e sobre os procedimentos necessários para garantir a execução dos projetos.

No entanto, informou que, no meio deste processo, surgiu um e-mail da Casa Civil, enviado não apenas ao

Conselho da Sé, mas também aos demais Conselhos Participativos da cidade, trazendo uma série de informações e esclarecimentos sobre as dinâmicas orçamentárias dos conselhos nos anos de 2023, 2024 e 2025, o que gerou ainda mais questionamentos e confusão, pois, embora esclarecesse parte das dúvidas, também trouxe outras.

Pontuou que, paralelamente, houve ainda a troca na gestão da Subprefeitura, com a saída do Coronel Camilo e a chegada do Coronel Salles, o que impactou no andamento das tratativas.

Diante deste cenário, o Conselheiro sugeriu, de forma didática, que, metaforicamente, o Conselho “encostasse esse caminhão complicado no acostamento, colocasse uns cones”, ou seja, momentaneamente suspendesse essa discussão, para que a pauta da reunião pudesse seguir, e que fosse, então, convocada uma nova reunião extraordinária específica para tratar exclusivamente dos esclarecimentos e dos desdobramentos orçamentários, garantindo que o tema não fique paralisado, mas também não inviabilize o andamento dos demais assuntos do Conselho.

Manifestação do Conselheiro Titular Fábio Sanchez:

A pedido do próprio conselheiro, registra-se em ata sua manifestação, na qual expressou preocupação e indignação com o fato de que diversas demandas aprovadas pela gestão do Conselho Participativo Municipal anterior estão sendo colocadas de lado, conforme suas palavras, “colocadas no acostamento”.

Destacou que essas demandas são muitas, relevantes e devidamente deliberadas, com etapas já iniciadas pela Subprefeitura, incluindo desenvolvimento de projetos técnicos, audiências públicas e até protótipos instalados.

Afirmou que essa prática compromete a credibilidade do poder público, da Prefeitura e da Subprefeitura Sé, e defendeu que a mudança na composição do Conselho não pode anular os trabalhos realizados pela gestão anterior. Alertou que o atual Conselho também deixará propostas e deliberações, que igualmente precisam ser respeitadas no futuro.

Solicitou expressamente que esse posicionamento fosse registrado em ata.

Resposta do Interlocutor da Subprefeitura, Coronel Arruda, ao Conselheiro Fábio Sanchez:

O Coronel Arruda, interlocutor da Subprefeitura Sé, respondeu à manifestação do conselheiro Fábio Sanchez, esclarecendo que a suspensão do processo licitatório da obra da Praça General Polidoro ocorreu porque, sem a devida reserva orçamentária formalizada, o processo não poderia avançar, sob risco de chegar ao meio do ano, especificamente junho, sem recursos garantidos para a execução da obra.

Explicou que a paralisação não significa o cancelamento do projeto, mas sim uma espera pela manifestação formal do Conselho Participativo, validando o uso do recurso para que a licitação seja retomada com segurança jurídica e orçamentária.

Ressaltou que, embora já houvesse uma autorização anterior, a gestão entende ser necessário que o novo Conselho revalide essa decisão, de modo a garantir legitimidade ao processo. Afirmou, ainda, que, havendo essa manifestação favorável do Conselho, a licitação será imediatamente retomada.

Por fim, reforçou que o recurso destinado pelo Orçamento Cidadão pode ser utilizado para a execução dos três projetos já aprovados, mas que a Subprefeitura não pode dar continuidade sem a autorização expressa do Conselho atual.

Resposta do Sr. Coordenador César ao Conselheiro Fábio Sanchez:

O Sr. Coordenador César, esclareceu que o atual impasse é justamente o motivo pelo qual o Conselho precisa resolver essa questão com urgência. Destacou que não se trata de ignorar ou colocar de lado as deliberações do Conselho anterior, mas sim de enfrentar as dúvidas técnicas e jurídicas que surgiram, para garantir que qualquer decisão tomada agora não desautorize o Conselho anterior nem prejudique o atual.

Ressaltou que a situação é complexa e delicada, tanto que foram necessárias duas reuniões para discutir o tema, e que o encaminhamento é, assim que as informações forem devidamente esclarecidas, convocar, até quarta-feira,

uma nova reunião extraordinária para resolver definitivamente a questão.

Por fim, destacou que o tema permanece pendente para todos, afetando tanto as decisões do conselho anterior quanto as do atual, motivo pelo qual é fundamental buscar uma solução rápida e responsável.

Item 6. Leitura e aprovação da(s) Atas;

O Coordenador informou que o Conselho está atrasado na elaboração e aprovação das atas das duas reuniões anteriores, devido à transição do colegiado. Explicou que a proposta é realizar uma reunião extraordinária para aprovar essas atas, após compartilhamento prévio com os conselheiros

Item 7. Validação dos ofícios encaminhados, atividades no último período, e respectivos desfechos se houver;

O Coordenador informou que o Conselho ainda está sem o consolidado do relatório de ofícios da gestão anterior, o que precisa ser organizado e encaminhado.

Explicou que o ofício referente à reunião extraordinária está em fase final de ajustes, tendo sido parcialmente impactado pela comunicação recente da Casa Civil, que trouxe novas informações a serem consideradas.

Ressaltou a importância de formalizar o envio desse ofício à Subprefeitura e à Casa Civil, como parte dos encaminhamentos necessários para realizar a próxima reunião extraordinária, na qual se buscará resolver pendências e destravar temas que estão atualmente em situação indefinida (“no limbo”).

Item 8. Estabelecer critérios para: Justificativas de ausências; aplicativo de mensagens e possibilidades de utilização da dotação 49.10.04.122.3012.2803, conta 33903900 00.1.500.9001 0;

No item de pauta sobre a definição dos critérios para justificativas de ausência, o Sr. Coordenador César iniciou destacando que este é um tema recorrente desde o início dos trabalhos do Conselho, dado que os conselheiros são voluntários e, muitas vezes, têm compromissos diversos, inclusive em outras instâncias de participação. Solicitou, então, a opinião do Conselheiro Ronaldo, como referência sobre o procedimento adotado na gestão anterior.

O Conselheiro Ronaldo (Titular – Bom Retiro) informou que, na gestão passada, havia um acordo de que apenas atestados médicos seriam aceitos como justificativa de ausência, não sendo considerado, na época, nenhum outro motivo como válido. Demonstrou dúvida sobre como tratar faltas por motivos de trabalho, mas reforçou que defende que haja um critério único, igual para todos, preferencialmente mantendo o atestado médico como padrão de justificativa.

O Conselheiro Titular Leandro apresentou uma visão mais flexível, argumentando que o mundo do trabalho mudou, e que é necessário compreender essa dinâmica. Defendeu que, além de questões de saúde, sejam aceitas justificativas quando há uma divisão de tarefas entre titular e suplente, especialmente em casos de participação em audiências, outros conselhos ou atividades de interesse público, desde que devidamente comunicadas. Lembrou ainda que situações de luto devem ser consideradas, e alertou que excesso de rigidez pode afastar pessoas da participação democrática.

O Conselheiro Hamilton Simões Pires (Titular – Bom Retiro) se posicionou de forma contrária à flexibilização. Defendeu que justificativas constantes por trabalho não devem ser aceitas, pois quem se candidatou ao Conselho já sabia dos dias e horários das reuniões. Considera que permitir esse tipo de justificativa seria desonesto com os suplentes, que aguardam a oportunidade de assumir. Defendeu o respeito às regras, alinhadas às práticas legais, e ressaltou que o compromisso com o Conselho deve ser uma prioridade para quem foi eleito. Também sugeriu a criação de um grupo de WhatsApp exclusivo para comunicados oficiais, administrado apenas pelos coordenadores, evitando excesso de mensagens que dificultam o acompanhamento das informações importantes.

Por fim, o Coordenador Cesar propôs um encaminhamento de equilíbrio e bom senso. Sugeriu que, como regra geral, sejam aceitas justificativas por questões de saúde (com atestado) e luto. Nos casos específicos de conflito de agendas com outros compromissos relevantes de interesse coletivo, como conferências, audiências públicas ou reuniões de outros conselhos, a ausência poderá ser analisada pontualmente pelo colegiado, desde que haja

comunicação prévia, sempre que possível. Reforçou que é necessário evitar a criação de uma quantidade excessiva de regras, permitindo ao Conselho manter uma margem de avaliação caso a caso, de forma organizada, transparente e formalizada.

Sobre o Aplicativo de Mensagens e Comunicação, o Sr. Coordenador Cesar explicou que o Conselho usa atualmente um grupo de WhatsApp como canal principal, mas é necessário organizar melhor os meios de comunicação, inclusive integrando o aplicativo disponibilizado pela Casa Civil. Propôs a criação de diferentes canais, como um grupo para comunicados oficiais e outro para troca livre entre conselheiros, além de perfis em redes sociais para ampliar o alcance. Sugeriu que os conselheiros discutam sugestões no WhatsApp até a próxima reunião, com apoio do Conselheiro Titular Antônio, especialista na área. Indicou também a criação de materiais simples, como “figurinhas” e cards digitais, para facilitar a divulgação. Por fim, recomendou que o próprio grupo elabore uma proposta inicial colaborativa nas próximas semanas, a ser formalizada posteriormente, se necessário.

Nesse tema, surgiu um questionamento:

A Conselheira Rosalia Do Carmo Larrubia, relatou ter solicitado à Casa Civil autorização para acessar o drive com os documentos do Conselho, tendo recebido uma resposta. Cesar esclareceu que existem dois drives: um anterior, não oficial, e o drive oficial atual, disponibilizado pela prefeitura para o Conselho, com acesso controlado pela coordenação, que detém as senhas. O objetivo é manter um repositório organizado e contínuo, passando de uma gestão para outra, sob tutela da Casa Civil. Ele explicou que o drive é parte de um sistema Microsoft pago, onde serão organizados todos os documentos e atas. O acesso será disponibilizado para leitura a todos os conselheiros, com algumas pastas abertas ou limitadas, enquanto outras serão reservadas para edição controlada.

Sobre a utilização da dotação **49.10.04.122.3012.2803, conta 33903900 00.1.500.9001 0**, o Interlocutor Sr. Coronel Arruda, informou que o Conselho recebe uma dotação anual de mil reais da Casa Civil, que pode ser solicitada e usada conforme deliberação do Conselho, para despesas como compra de tinta para impressora, melhoria do café, entre outros. Contudo, ainda não foi decidido como será utilizado esse recurso. Se comprometeu a se informar sobre como e quando o Conselho poderá ter acesso ao dinheiro e nos repassará essa informação. A Conselheira Caru Albuquerque sugeriu a aquisição de um aplicativo para transcrever as reuniões, questionando sobre versões gratuitas e pagas. O Interlocutor Coronel Arruda respondeu que o Conselho tem autonomia para decidir o uso dos recursos e que orientará sobre o procedimento para acesso ao dinheiro. O Sr. Coordenador César explicou que o ambiente oficial do Teams, que é uma conta Microsoft paga disponibilizada ao Conselho, possui ferramentas de inteligência artificial capazes de realizar transcrição automática, o que pode facilitar a elaboração das atas sem custos adicionais. Ele mencionou que está em contato com a equipe técnica para verificar essa possibilidade e que o trabalho de organização e implementação dessa solução deve ocorrer nas próximas semanas, embora possa demandar tempo e ajustes.

Item 9. Proposições de Grupos de Trabalho (GT) e Comissões Temáticas (CT);

O Sr. Coordenador Cesar propôs a criação dos GTs para agilizar, organizar e aprofundar os debates do Conselho, ressaltando que os GTs não são deliberativos, apenas produzem relatórios, análises e propostas, que serão sempre validadas pelo Pleno. Sugeriu que os GTs sejam temáticos, como por exemplo: Saúde, Habitação, Resíduos Sólidos, Proteção Animal, Ruído e Orçamento, entre outros, podendo agrupar pautas correlatas.

Houve divergência sobre incluir ferros velhos no GT de Resíduos, pois alguns conselheiros entendem que é tema mais relacionado à segurança pública e legislação.

O Conselheiro Titular Augusto defendeu que os GTs sejam formados a partir do interesse real dos conselheiros, sem prejudicar propostas individuais já existentes. A Conselheira Titular Caru Albuquerque sugeriu que os conselheiros já se inscrevessem nos GTs durante a própria reunião. O Conselheiro Titular Fábio Sanchez questionou se seriam deliberativos e o Sr. Coordenador César esclareceu que não, reforçando que somente o Pleno tem poder de decisão.

O Interlocutor Coronel Arruda apoiou a criação dos GTs, destacando que eles podem auxiliar a Prefeitura em temas que demandam mudança na legislação, como ferros velhos e ruído, onde hoje há pouca efetividade nas ações. O Conselheiro Titular Leandro sugeriu organizar os GTs com base na estrutura da Prefeitura, para facilitar os encaminhamentos. O Conselheiro Suplente Franklin propôs que, caso não desse tempo de definir tudo na reunião, os conselheiros pudessem votar a composição dos GTs pelo WhatsApp.

Ficou acordado que os GTs podem ter participação de munícipes, desde que haja um conselheiro titular responsável, e que os grupos tragam para o Pleno relatórios e propostas prontas, para agilizar a deliberação.

O Secretário-adjunto Leandro sugeriu que, após a formação dos grupos, os próprios membros elejam entre si o coordenador, facilitando a organização interna de cada GT.

O Coordenador César reforçou que, com os grupos já deliberados e formados, é necessário que cada GT tenha um coordenador responsável, cuja função será fazer as convocações, organizar as reuniões, conduzir os trabalhos e apresentar os relatórios e resultados ao Pleno. Ressaltou que o coordenador não assume a função de liderança sobre o conteúdo, mas sim de organização do processo, podendo inclusive delegar funções, desde que seja garantida a condução formal do grupo.

Cesar destacou ainda que as reuniões dos GTs, embora possam ser também informais para organização interna, devem ser formalizadas quando houver discussão de conteúdo, com aviso de convocação enviado à coordenação do Conselho com pelo menos três dias de antecedência, para registro e publicidade, já que são atividades públicas vinculadas ao Conselho.

A Conselheira Titular Francisca Nunes Batista Chiovitti, sugeriu que os GTs possam contar com a participação de especialistas, técnicos, arquitetos e profissionais de áreas específicas, especialmente nos temas mais técnicos, como patrimônio histórico e outros assuntos mais complexos, trazendo mais qualificação às discussões e propostas. Ela também questionou sobre os prazos de funcionamento dos GTs, sugerindo que sejam definidos cronogramas claros para que os grupos tenham tempo hábil de realizar levantamentos, produzir relatórios e apresentar resultados, sem que essas reuniões conflitem com a agenda oficial do Conselho nem com outros eventos relevantes, como audiências públicas.

Francisca propôs ainda que seja divulgada no grupo de WhatsApp do Conselho uma lista com os GTs e seus respectivos integrantes, de modo que quem ainda não se inscreveu possa se manifestar e colaborar conforme sua disponibilidade e interesse, considerando que muitos possuem agendas sobrepostas e também experiências complementares.

O Coordenador César reforçou que os GTs terão liberdade para trabalhar de forma contínua, inclusive com a possibilidade de produzir relatórios parciais, que poderão ser discutidos no Pleno, facilitando encaminhamentos mais ágeis, especialmente quando houver oportunidades como interlocuções com órgãos públicos ou audiências temáticas.

Além disso, ressaltou que os GTs são essenciais para que o Conselho tenha acúmulo de informações, organização das pautas e aprofundamento técnico e político das discussões, permitindo que o Pleno tome decisões mais bem fundamentadas.

Por fim, ficou acordado que a lista com os nomes dos integrantes dos GTs será publicada no grupo de WhatsApp, possibilitando que conselheiros e munícipes interessados possam aderir aos grupos, desde que haja pelo menos um conselheiro titular como responsável formal pela condução dos trabalhos.

O Coordenador César destacou que a dinâmica dos GTs será ajustada conforme o desenvolvimento dos trabalhos e a disponibilidade dos conselheiros. Ressaltou que, caso alguém perceba estar em mais grupos do que consegue acompanhar, ou deseje integrar outros, esses ajustes poderão ser feitos sem problema na próxima reunião, de forma orgânica e colaborativa.

A Conselheira Titular Caru Albuquerque pontuou que, embora no momento não tenha sido criado um GT específico sobre a Cracolândia, essa é uma pauta que pode ser incorporada futuramente, especialmente considerando que o fenômeno não está mais restrito a uma única região, mas sim espalhado em diversos pontos do território, o que demanda um olhar ampliado e políticas públicas integradas de atendimento, assistência e redução de danos.

O Coordenador César complementou que há, atualmente, diversos grupos, projetos e frentes atuando sobre essa pauta, tanto pelo Estado quanto pelo Município, além de ações da sociedade civil. Destacou que o Conselho poderá, no momento oportuno, avaliar a necessidade de criar um GT específico sobre o tema, considerando os desdobramentos e a efetividade das políticas já existentes.

Ainda no debate, ficou definido que pautas importantes como o início das obras dos Viadutos Orlando Murgel e João Goulart, bem como a discussão sobre a Mova Paulista, serão retomadas na próxima reunião, já constando como itens prioritários da pauta.

A Conselheira Elza Pereira Barbosa Da Silva, trouxe uma reflexão sobre como certas dinâmicas territoriais, como eventos culturais ou questões de segurança pública, afetam diretamente a vida dos bairros e devem ser consideradas na formulação dos grupos e das pautas.

César reforçou que é natural que, ao longo do tempo, haja conflitos de agenda, principalmente porque muitos conselheiros também participam de outros espaços de controle social, como Conselhos Gestores, Conselhos de Saúde, Cultura, Segurança e outros. Destacou que o Conselho deve sempre buscar equilíbrio, priorizando as pautas internas, mas também valorizando a troca de experiências que os conselheiros trazem de outros espaços, o que enriquece os debates e fortalece as articulações.

Por fim, ficou acordado que a condução dos GTs será flexível, aberta a adequações, e que o Conselho manterá uma postura de acolhimento e incentivo à participação ampla, seja dos conselheiros, suplentes ou munícipes interessados, sempre garantindo que o Pleno permaneça como instância soberana de deliberação.

Composição dos Grupos de Trabalho (GTs):

- GT Saúde: Katharine Amorim, Rosemeire Rosa, Sheila Ventura, Lygia Fernandes, Gegê, Dirceu Felix, Rose Correa.
- GT Habitação: Olga, Gegê, Carlos Eduardo Magalhães, Augusto Pessin, Nevson, Lui Seixas, Maria Isabel, Maria de Lourdes, Ualdo Nascimento.
- GT Zeladoria: Jéssica Tapia, Maria Anunciação, Maria Ana, Elizabeth Soares, Wang Kim, Caio Julio Cesar, Lygia Fernandes, Antonio Montano, Sonia Domingues, Elza Pereira, Augusto Pessin, Maria Aparecida.
- GT Segurança Pública: Maria Ana, Roberto, Elza Pereira, Franklin, Jéssica Tapia, Caio Julio Cesar.
- GT Resíduos: Caru Albuquerque, Cesar Massaro, Elizabeth Soares, Wang Kim, Vanessa Ester, Rose Correa, Maria Anunciação, Jéssica Tapia, Maria Ana.
- GT Fiscalização das PPPs, Intervenções de Grande Escala e Grandes Projetos: Caru Albuquerque, Cesar Massaro, Augusto Pessin, Ualdo Nascimento, Sueli Scutti, Lui, Pedro Aguerre, Lui Seixas, Maria Ana, Lygia Fernandes, Elizabeth Soares.
- GT Bem-Estar e Proteção Animal: Barbara Cavalcanti, Maria Ana, Raquel, Cosma, Sheila, Maria Anunciação, Caru Albuquerque.
- GT Cultura: Lui Seixas, Leandro Lago, Franklin, Neide, Ualdo Nascimento, Augusto Pessin, Sonia Domingues, Francisco Cláudio do Nascimento.

A Conselheira Caru Albuquerque questionou se a escolha dos coordenadores dos Grupos de Trabalho seria feita ali na reunião ou posteriormente pelo WhatsApp. Ficou definido que os grupos podem escolher seus coordenadores pelo WhatsApp e comunicar formalmente à mesa, que fará a consolidação e publicação dos nomes.

Manifestação do Conselheiro Titular Fábio Sanches – Solicitação de Ofício:

O Conselheiro Fábio Sanches solicitou que seja elaborado um ofício formal à Subprefeitura, requerendo que o Conselho Participativo Municipal da Sé (CPM Sé) tenha assento no comitê informal criado pela Prefeitura para tratar de demandas de músicos, comerciantes e moradores da Av. Paulista, do qual o Conselho não foi convidado a participar. Além disso, Fábio destacou que, conforme os Decretos Municipais nº 57.086 e nº 58.425, deveria existir um Conselho Gestor Local vinculado ao programa Ruas Abertas, o que, segundo ele, não foi formalizado até o momento. Assim, solicitou que o CPM oficie a Subprefeitura pedindo a criação desse Conselho Local da Av. Paulista, garantindo que o CPM Sé tenha assento, com direito a indicar um representante. A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade pelos presentes.

Itens 10, 11, 13, 14, 15, 16 e 17, inseridos nos GTs.

Item 10. Debater a presença dos ferros-velhos clandestinos, na área de abrangência da SubSé;

Item 11. Questionamentos e considerações sobre o Vd. João Goulart, e o início das obras no Vd. Orlando Murgel;

Item 13. Debater sobre os Hospitais Públicos Municipais da região central;

Item 14. Reflexões quanto à Política Habitacional na área da SubSé;

Item 15. Capacitação das equipes da Polícia Municipal na abordagem das ocupações de moradia;

Item 16. Considerações sobre medidas visando melhoria dos espaços e acomodações na UBS Humaitá;

Item 17. Discutir quanto ao acúmulo de resíduos na Bela Vista, possível causa da presença de escorpiões;

Item 12. Retomar a discussão sobre desdobramentos e pesquisa das áreas de “cenas abertas de uso”;
prejudicado

Item 18. Informes gerais; finalização e agradecimentos.

O Munícipe Décio Sunagawa informou que no dia 16 ocorrerá a eleição dos Consegs, sendo que apenas o Conseg Centro terá votação, por haver duas chapas concorrendo. Destacou a importância de os conselheiros do CPM se aproximarem dos Consegs da região, como Consolação e Cambuci, especialmente após a criação do Grupo de Trabalho de Segurança Pública no CPM, visando fortalecer as articulações sobre segurança no território.

O Coordenador Cesar complementou que a criação do GT de Segurança Pública no CPM é fundamental, independentemente dos Consegs, que têm uma estrutura estadual. Destacou que o tema ganha ainda mais relevância este ano, com a transformação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) em Polícia Municipal, o que altera atribuições legais e operacionais. Segundo ele, é o momento ideal para o Conselho discutir e propor diretrizes, critérios e princípios sobre a atuação da nova Polícia Municipal, considerando as demandas e necessidades do território.

A Conselheira Caru Albuquerque destacou a importância de fortalecer o diálogo do Conselho com a Secretaria Municipal de Transportes e com a CET, buscando encaminhar as demandas de mobilidade do território. Informou que havia feito um pedido à CET, que foi atendido, referente à implantação de uma sinalização na Praça Olavo Bilac e uma conversão à direita no Viaduto Orlando Murgel. Sugeriu que o representante da CET acompanhasse e auxiliasse nos encaminhamentos dessas e de outras demandas.

O representante da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Edmarcos Souza Alves, cumprimentou os presentes, ressaltando sua participação há seis anos no Conselho. Pontuou que espera que o Conselho seja um espaço não apenas de debate, mas de encaminhamento efetivo de demandas, por meio de ofícios que gerem resposta e solução. Observou que estranhou não ter sido criado um Grupo de Trabalho específico sobre Mobilidade e Trânsito, dada a relevância do tema na cidade. Finalizou colocando-se à disposição do Conselho para colaborar nas pautas de mobilidade e parabenizou a todos pela atuação.

O Coronel Arruda informou que a reunião de votação do Orçamento Participativo, do Plano Plurianual (PPA) e do Plano de Metas da Subprefeitura Sé está agendada para o dia 23 de abril, no período da noite, possivelmente às 19 horas, ainda pendente de confirmação. Destacou que o local inicialmente previsto, na sede da Subprefeitura Sé, provavelmente não comportará o público, razão pela qual estão sendo buscados espaços alternativos na região, como universidades ou outros equipamentos públicos. Ressaltou que estão evitando utilizar a Câmara Municipal, por ser um espaço que representa a cidade inteira e não especificamente a região da Sé.

O Coordenador Cesar complementou que a coordenação tem feito articulações com diversas instituições, como Mackenzie, UNIP da Vergueiro, a FESP e o Sindicato dos Engenheiros, para garantir espaços adequados às reuniões, priorizando locais próximos a estações de metrô e ônibus, além de buscar descentralizar os encontros, aproximando-os dos distritos. Reforçou que essa estratégia visa facilitar a participação dos munícipes e ampliar o alcance dos debates.

Finalizando, agradeceu a presença e a participação de todos, destacando que, apesar do tempo apertado, a reunião foi bastante produtiva, conseguindo avançar nas principais pautas e encerrou a 3ª Reunião Plenária Ordinária do CPM/Sé, biênio 2025/2026, às 21:15h.

Estiveram nesta reunião:

- **33 (trinta e três)** Conselheiros Participativos Municipais **Titulares presentes:** Antonio Matheus Montano; Antonio Ronaldo Dos Santos; Augusto Luiz De Aragão Pessin; Barbara Cavalcanti; Caio Júlio Cesar Lopes; Carlos Eduardo Magalhães; Carolina Albuquerque Gonçalves; César Augusto Massaro; Elizabeth Soares; Elza Pereira Barbosa Da Silva; Fábio Lúcio Sanchez; Flaviano Gayer Carvalho; Francisca Nunes Batista Chiovitti; Hamilton Simões Pires; Katharine Amorim Borges Maciel; Leandro Lago Da Silva; Luís Felipe Da Silva Seixas; Luiz Gonzaga Da Silva; Maria Ana Figueiredo; Maria Anunciação De Souza; Maria Aparecida Duarte Maciel; Maria Lilian Galvarro Peña; Neide Pereira Da Rocha; Olga Luísa Leon De Queiroga; Raquel Budow; Roberto Guerrero; Roberto Quaglietta; Rosalia Do Carmo Larrubia; Rose Maria Das Graças Correa De Oliveira; Rosemeire Rosa De Oliveira; Sheila Ventura Pereira; Sonia Maria Domingues Pereira; Ualdo Nascimento E Wang Kim Do Espírito Santo;
- **5 (cinco)** Conselheiros Participativos Municipais **Suplentes presentes:** Barbara Maria do Carmo; Francisco Claudio do Nascimento; Franklin Siqueira; Jéssica Tapia; Ligya Rodrigues Fernandes; Maria Angelica Pelegrine; Pedro Aguerre; Sueli Aparecida Scutti e Vanessa Ester Rodrigues Barbosa.
- **03 (três)** Convidados e autoridades presentes: Subprefeito Coronel Salles; Interlocutor Sr. Cel. Luiz Eduardo Pesce Arruda (SubSé), Servidor da CET Sr. Edmarcos Souza Alves.
- 11 (onze)** Munícipes presentes: Adriano Pera; Cosma Martins de Freitas; Décio Sunagawa; Diego Sampaio dos Santos; Dirceu Félix do Nascimento; José Antonio Falcão; Maria de Lourdes Souza; Maria Efigenia de S. M. Matias; Maria Izabel Ferreira; Paula Campos Bibiano; Thiago de Jesus Monteiro;
- 09 (nove)** Conselheiros Participativos Municipais Titulares ausentes: Charles Gentil; Gilmara Gonçalves Santos Gondim; Laudicéia Borges Da Silva; Marcelo Montanheiro Pagliaruli Garini; Najila Barbosa Reis; Névson Soares Ferreira Júnior; Paulo Cesar Torres de Freitas; Rafael Felício De Oliveira Dos Santos (VAI JUSTIFICAR) e Rosangela Zanon Monteiro.
- **31 (trinta e um)** Conselheiros Participativos Municipais Suplentes ausentes;

Totalizando **52 (cinquenta e dois)** participantes.
Lavra-se esta Ata.

São Paulo, 7 de julho de 2025.

Sr. **César Augusto Massaro** / Coordenador
Sra. **Barbara Cavalcanti** / Secretária-Geral
Sr. **Leandro Lago** / Secretário-adjunto

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SÉ



João Batista Ferreira Alves
Assistente de Suporte Operacional
Em 15/07/2025, às 13:07.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **129324436** e o código CRC **21BA6C28**.

